

OS SEM-TERRA E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL BRASILEIRO: AÇÃO POLÍTICA E IMAGEM NESTE FINAL DE MILÊNIO

Maria da Glória Gohn*

RESUMO: O trabalho busca delinear no cenário da participação da sociedade civil brasileira, nos anos 90, as formas que ocorrem junto aos setores populares no mundo rural. Destaca-se um movimento social específico: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – no que diz respeito às características principais de suas ações coletivas, problemas e desafios enfrentados, assim como relações com a mídia.

PALAVRAS CHAVE: Meio rural, movimentos sociais, participação popular, MST, ação política

APRESENTAÇÃO

O objetivo básico deste trabalho é o de sistematizar algumas questões relativas à participação popular no meio rural da sociedade brasileira, focalizando em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Destaca-se em suas propostas, inovações e contradições, que se constituem em desafios a serem enfrentados neste final de milênio. Parte-se de uma visão geral da problemática da participação popular na sociedade brasileira atual para chegar às questões do mundo rural. Desde logo observa-se que o chamado “mundo rural”, usualmente, tem

* Doutora em Ciências Políticas (USP) e Livre-Docente pela FAU/USP. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UNICAMP.

sido analisado dentro de um contexto próprio, específico, delineando um cenário onde ele é retratado como mero coadjuvante do processo de desenvolvimento nacional mais amplo (como fornecedor de mão-de-obra – nos fluxos migratórios às regiões urbanas – ou como participante de novas frentes de trabalho e de acumulação, num mundo cada vez mais industrializado, que avança da cidade em direção ao campo, produzindo mais desemprego na agricultura). Não se nega a existência destes processos mas busca-se destacar um outro, o de um “mundo rural” que vive os efeitos da globalização, onde as fronteiras entre o urbano e o rural já não são tão nítidas, onde o controle e a gestão de vários processos sociais que lá ocorrem se localizam no urbano, onde a hegemonia na condução de inovações tecnológicas estão nas mãos de um movimento social e de algumas pequenas empresas ou sistemas de produção inovadores, que trabalham em sistemas cooperativos formando o que os franceses têm denominado, a nova economia social (LAVILLE et al., 1998).

Destaca-se um mundo rural que está sendo redescoberto em múltiplas direções, todas com sentidos duplos e opostos: como *locus* de graves questões sociais e conflitos diretos e sangrentos (o que não é novidade na história brasileira), mas também como *locus* de novas frentes de trabalho que poderão amenizar os índices de desemprego nas cidades, diminuindo também os índices de violência social; como frente de expansão da economia capitalista, por meio do trabalho em cooperativas autogestionadas e articuladas ao mercado nacional e mundial – fornecendo produtos com baixo custo social/trabalhista (e portanto revitalizando formas de extração da mais-valia), como também sede de laboratórios de gestão de economias sociais solidárias, potenciais geradoras de redes de sociabilidades e futuras utopias sociais; ou ainda, um “mundo rural” globalizado pela mídia televisiva, pelas redes e programas homogeneizados, que descaracterizam as culturas locais, mas ao mesmo tempo criam oportunidades para o acesso de milhares de pessoas ao mundo das notícias e das informações, assim como a possibilidade do acesso e da

geração de mídias próprias alternativas, via a comunicação com o mundo urbano na rede Internet, nos celulares e outros mecanismos que as ONGs que trabalham com populações no meio rural tão bem sabem explorar.

Portanto, o suposto básico deste artigo é que não é mais possível entender o mundo rural sem referenciá-lo ao mundo urbano, aos processos que ocorrem neste último. Assim sendo, o ponto de partida deste trabalho será o de buscar “mapear” o cenário das lutas sociais populares segundo a ótica das formas de participação na cena pública em busca de melhores condições de vida, ou segundo os analistas e assessores destas lutas, em busca de justiça e igualdade social. Deste cenário mais geral destacaremos o mundo rural e nele o MST.

A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO POPULAR NO BRASIL NA VIRADA DO MILÊNIO

A organização da população é um tema que esteve muito presente nos discursos políticos da oposição ao final dos anos 70 e em parte nos anos 80, e que praticamente desapareceu nos anos 90. Por quê? Porque o fenômeno organizativo sempre esteve intimamente associado à mobilização popular em partidos e em movimentos sociais. Com o decréscimo de alguns tipos de mobilização de massas, nas cidades, nos anos 90, e o surgimento de outros tipos de ações coletivas, mais envolvidas em frentes de trabalho e menos reivindicativas, houve uma perda de visibilidade política da participação popular e o tema da organização passou a ser interpretado, por vários analistas, como algo já ultrapassado, pertencente à década passada, estando em crise e desmobilizado. Vários analistas têm destacado que o conceito de movimento social já não daria conta de explicar os problemas atuais porque seria um conceito ordenador/organizador das relações sociais na sociedade e esta, atualmente, estaria em processo de desorganização onde os atores sociais buscam a diferenciação e não mais a identidade.

Neste trabalho discorda-se das interpretações acima e considera-se a participação popular um elemento vivo e atuante nas sociedades modernas. Sua presença é elemento crucial para a consolidação do processo democrático, principalmente ao nível das estruturas locais. Certamente que suas formas de manifestação se alteraram, assim como o modo de mobilização das pessoas tem se transformado. Pode-se observar na mídia nacional, especialmente na escrita, a participação de setores da sociedade civil, principalmente no campo, na luta do MST; ou na cidade, nas ações das redes associativas do terceiro setor.

As elites tradicionais têm desqualificado os movimentos como estruturas passadas, não modernos, porque carregam utopias que já falharam na História e seriam formas primitivas de ações coletivas. O ponto a ser destacado é: a luta social nunca morre e ela se apresenta historicamente de várias formas. Movimentos sociais é uma delas. Os movimentos estão em baixa em termos de visibilidade, de mobilização de massa. Mas outras formas estarão operando na construção de uma sociedade mais igualitária, contra as injustiças sociais, tais como as experiências de planejamento do orçamento participativo, as parcerias entre organizações populares, ONGs e órgãos públicos em programas na área do chamado Terceiro Setor – público não estatal. A participação dos movimentos sociais nos espaços interinstitucionais é fundamental porque, na correlação de forças políticas existentes eles expressam interesses de maiorias organizadas que lutam pela democratização do acesso a bens e serviços públicos e não pela apropriação privada de privilégios, ou de lucros. Neste texto trabalha-se com a concepção de movimento social próxima à proposta por CASTELLS (1997, p. 3) *como ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade*. Também adota-se a clarificação feita por TOURAINE (1998) sobre o conceito de movimento social no que se refere a três formas de conflitos envolvidos: um localizado na esfera da organização social, outro na da mudança social e o terceiro na esfera cultural.

A partir das questões acima pode-se aventar algumas hipóteses teóricas tomando como pressuposto as formulações de Boaventura Souza

Santos, Robert Castel e outros, a saber: com a globalização ocorre uma metamorfose do sistema de desigualdade social no capitalismo, para um sistema de exclusão social.¹ Neste novo cenário, as lutas sociais relevantes serão lutas pela inclusão social de setores sociais que antes eram excluídos por estarem em desigualdade socioeconômica e que agora estão excluídos também por suas desigualdades socioculturais (dadas pelo sistema educacional, pela raça, etnia, sexo etc.). As políticas sociais são um dos principais indicadores das respostas do poder público aos problemas e às pressões sociais e elas tendem a ser formuladas para o atendimento de clientelas específicas, agrupadas e categorizadas como: ser índio, negro, mulher, terceira idade, menino de rua etc e não mais por ser “um pobre” ou por ser demandatário de serviços (transporte, saúde, educação etc.) ou por habitação. Ou seja, as políticas sociais perdem o caráter universalizantes e passam a ser formuladas de forma particularista, visando clientelas específicas e neste processo elas tanto podem contemplar os interesses das minorias demandatárias como virem a ser segregativas/excludentes.² Tudo depende da correlação de forças políticas ao redor daqueles que coordenam tais políticas e do aproveitamento, por parte dos atores sociais envolvidos no processo de gestão, da estrutura

¹ Segundo SOUZA SANTOS “trabalho perde eficácia como mecanismo de integração social... sendo a inutilidade social de grandes camadas de trabalhadores a nova face da exclusão... (e como) o Estado capitalista moderno tem como função geral manter a coesão social numa sociedade atravessada pelos sistemas de desigualdade e de exclusão..(e esta função está em crise porque está ocorrendo uma desnacionalização do Estado nacional dando lugar a) um Estado Schumpeteriano, menos centralizado e menos monopolista, centrado na inovação e na competitividade, dando primazia à política econômica em detrimento da política social... As transformações do Estado são causa da crise da social democracia... que é uma crise complexa porque surgiram novos protagonistas e novos interesses (os novos movimentos sociais)... e o modelo da regulação social da modernidade não se assenta mais em apenas dois pilares – Estado e mercado – mas sim em três pilares: Estado, mercado e comunidade; e a sociedade civil inclui tanto o mercado como a comunidade... quando se privatiza ou desregulamenta uma determinada área social não é obrigatório que ela passe a ser regulada pelo mercado. Pode ser regulada pela comunidade, o chamado terceiro setor privado, mas não sujeito à lógica do lucro. É ao longo desta opção que vai dar a luta social pela reinvenção do Estado-Providência nos próximos anos” (SANTOS, 1995, p. 25).

² Em Campinas, a Prefeitura Municipal lançou em julho de 98 um programa de “Serviços Vips”, ou seja, quem quer ter segurança, atendimento público melhor (ou normal) terá que pagar um *plus* a mais. A segregação socioeconômica acarreta o aprofundamento da segregação socioespacial porque, certamente, só os bairros nobres, ou dominados pelo comércio, terão condições de pagar as taxas extras.

de oportunidades políticas que a conjuntura mais ampla do país desenha. E quem passa a gerenciar estas políticas? Serão novas parcerias entre o Estado e a comunidade organizada, confirmando as hipóteses de SOUZA SANTOS quanto ao *locus* dos novos espaços de negociação e de conflito social.

A hipótese principal deste trabalho em relação à participação popular nos anos 90 é: uma nova cultura política de base local passou a ser construída a partir de experiências advindas das parcerias entre as organizações do terceiro setor e os órgãos públicos com programas democráticos de participação popular. Pode-se observar esta cultura tanto do ponto de vista espacial – onde o município ganha proeminência, como a partir da pirâmide social, onde os setores populares carentes e outros segmentos sociais – empenhados na construção de uma democracia radical fundada em valores éticos, de equidade e justiça social, organizam-se em redes associativas. Essas redes constituem-se como comunidades políticas e passam a ter o direito a ter direitos. Com sentido distinto das comunidades sociais anteriores, as novas comunidades políticas estão a exigir também novas categorias teóricas para dar conta deste fenômeno associativo, que redefine o próprio conceito de comunidade e faz das redes comunicacionais o seu modo e estilo de atuar.

Assim, nos anos 90 estruturam-se ações a partir de redes associativas compostas por atores coletivos remanescentes de alguns movimentos sociais dos anos 80, ONGs de variados tipos, entidades de classe que apoiam os setores populares, departamentos específicos das universidades, alguns órgãos públicos que desenvolvem trabalhos em parceria com entidades populares, pequenas empresas organizadas sob a forma de cooperativas etc. Sem um entendimento destas novas formas de representação popular é impossível perceber as alterações em relação aos anos 80, até porque as formas antigas não desapareceram, elas coexistem em várias localidades, sob a forma de ou de mobilização e protestos desordenados de massa ou, no pior dos casos, como práticas clientelistas e/ou corporativas.

Portanto, nos anos 90 o campo das lutas sociais ficou mais complexo. Algumas ainda se pautam pelas regras da mobilização/confronto pois é a única forma que encontram para expressar suas demandas já que o diálogo e a negociação, quando são colocados em cena são como uma

ficção – porque as partes não estão em igualdade de condições no processo. É o caso da luta pela terra no campo, a luta das populações indígenas pela demarcação de suas terras, etc. Outras lutas tiveram avanços em direção da construção da democracia, principalmente aquelas que nos anos 70 e 80 estiveram acirradas nos setores populares urbanos, como as lutas por equipamentos, serviços e bens coletivos de consumo na cidade. Os movimentos sociais, portanto, não morreram. Eles persistem em algumas frentes de luta, e muitos deles se reestruturaram em organizações propositivas, a exemplo das experiências sobre o Orçamento Participativo em algumas cidades brasileiras.³

O eixo articulatório que passou a fundamentar o princípio da participação nos anos 90 é dado pelo princípio da identidade e da solidariedade. E não se trata mais de uma identidade exclusiva de classe, construída segundo a situação socioeconômica e de inserção de indivíduos e grupos no processo produtivo, mas de uma identidade mais complexa, abrangendo cor, raça, sexo, nacionalidade, idade, herança cultural, religião, culturas territoriais, características sociobiológicas etc. Causas humanitárias também passaram a agregar as pessoas em entidades como a Anistia Internacional, organizações pela paz, contra a fome, a violência em geral e contra as crianças e as mulheres em particular, etc. Inúmeras formas de sociabilidade existentes no interior da sociedade civil, desenvolvidas historicamente segundo valores e tradições culturais, e que não se organizaram como movimentos sociais, emergiram na cena pública dos anos 90 como forças vivas e atuantes, compondo, com as novas redes associativas do terceiro setor, de composição sociopolítica de caráter plural, não estruturadas em torno de um discurso ideológico central e homogêneo, um novo campo de força democrática na sociedade. O cenário se amplia quando se acrescenta as formas de sociabilidade do

³ A este respeito vide o trabalho de ZANDER NAVARRO (1997) que afirma: *Documentos oficiais e uma disseminada opinião local afirmam que a experiência do OP mudou radicalmente a história das relações sociais e políticas na cidade (Porto Alegre). Seus resultados promissores teriam ultrapassado as expectativas, gerando um processo de descentralização do poder municipal inédito e real, uma redução do desperdício usual no uso dos recursos públicos, a inevitável diminuição da concentração do poder nas mãos do prefeito e, igualmente, senão o abandono, pelo menos a visível redução de práticas clientelísticas e de corrupção.* NAVARRO (1997, p. 183).

mundo do lazer, entretenimento e sociocultural, compondo um universo de identidades coletivas muito amplo e diferenciado.⁴

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST

O MST é atualmente o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina. Ele é um movimento agenciador de redes de sociabilidade e de participação social no campo. A base de sua atuação é no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas. Muitos já foram pequenos proprietários, outros eram assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho (usualmente via relações diretas, sem contrato social), e outros ainda são de origem urbana, viviam nas periferias das cidades de diferentes regiões do Brasil. A base organizativa do MST situa-se no meio urbano, suas estruturas de coordenação e a produção do material impresso localizam-se em grandes cidades como São Paulo. A atuação no meio rural ocorre na organização das ocupações nos acampamentos e na assistência aos assentamentos.⁵ Os acampamentos envolvem períodos de lutas que podem durar anos e o resultado das ações são a obtenção ou não de um assentamento, para morar e produzir, com a doação das terras e algum suporte ou subsídio financeiro governamental.

⁴ A revolução tecnológica informacional, a transformação do capitalismo, a diminuição do papel do Estado na sociedade e a nova forma de estruturação da sociedade, em redes de agenciamentos, tem levado, segundo CASTELLS (1997, p. 2), a ampliação de poderosas expressões de identidade coletiva que desafia a globalização e o cosmopolitismo a partir de crenças sobre singularidades culturais e formas de controle das pessoas sobre suas vida e meio ambiente. Estas expressões são múltiplas, altamente diversificadas, seguem os contornos de cada cultura, e das fontes históricas de formação de cada identidade. Elas incluem movimentos propositivos, objetivando a transformação das relações humanas em seus níveis mais fundamentais, como o feminismo e o ambientalismo. Mas elas incluem também toda uma série de movimentos reativos que são construídos no caminho da resistência, sobre crenças religiosas, nacionalistas, étnicas, familiares, regionais-locais, isto é, categorias fundamentais de existência milenares agora ameaçadas sob a combinação, do ataque contraditório das forças tecno-econômicas e movimentos sociais transformadores.

⁵ Os acampamentos de sem-terra que seguem as diretrizes do MST estão localizados predominantemente nas regiões nordeste e sul do País. Segundo dados do INCRA publicados em abril de 98 na Folha de São Paulo, o estado com maior número de acampamentos e assentamentos era o Paraná (98), seguido de Pernambuco (93), São Paulo (51) e Bahia (46).

O MST continua seu apoio após a fase de implantação do assentamento por meio de assistência técnica nas cooperativas de produção, organização política dos assentados e formação na área da educação (alfabetização de crianças, capacitação de professores, e formação técnica e política de jovens e adultos). Trata-se de uma educação diferenciada, voltada para homens e mulheres no campo. Seu programa educacional para crianças já ganhou um prêmio internacional da UNESCO e conta com alguns recursos públicos advindos do Pronera - programa governamental na área da alfabetização. O programa de capacitação técnica sempre mereceu atenção especial por parte do movimento. O MST possui escolas rurais técnicas no sul do País onde se destaca o curso TAC – Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST, desenvolvido pelo ITERRA – Instituto Técnico de Captação e Pesquisa da Reforma Agrária, na Escola Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul. O MST também cuida da capacitação profissional para a construção de agroindústrias e criou a CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil, entidade que organizou os Laboratórios Organizacionais de Empresas nos assentamentos. Ainda no campo das inovações na área de formação e capacitação técnica para a pequena agricultura, área totalmente desprovida de atenção nas políticas públicas ou de outros setores de formação, o MST tem estimulado a criação de CPA's – Cooperativas de Comercialização ou as CPS's – Cooperativas de Serviços. Até o início de 1999 ocorreram alguns programas de parcerias entre determinados assentamentos e órgãos governamentais com recursos e a assistência técnica do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar.

O MST soube aproveitar a estrutura dos trabalhos de formação técnica que organizou. O acúmulo de experiência no desenvolvimento dos cursos e a lacuna histórica na oferta de capacitação técnica para o trabalhador do meio rural criaram para o movimento o que TARROW (1994) denomina de “estrutura de oportunidades políticas” ou seja, o aproveitamento de uma série de oportunidades dadas pela conjuntura sociopolítica e econômica para a criação de novidades que causam im-

pacto e alavancam as ações coletivas. Parte do grande crescimento que o MST teve nos anos 90 pode ser explicado pelo exame do cenário daquela conjuntura (a outra parte deve ser atribuída à própria capacidade organizativa do MST).

Explicitando um pouco mais a afirmação acima: havia (como ainda há), uma grande demanda reprimida pelo acesso à terra. A instalação nessa terra, após a regularização do assentamento, envolve uma série de questões técnicas e operacionais. O governo federal, articulador da Reforma Agrária, não tinha tradição de experiência ou propostas a respeito e num primeiro momento o governo respondeu às demandas e pressões do movimento. Após algum tempo, com a ajuda de técnicos, intelectuais de dentro e de fora da academia, levantamentos, pesquisas, seminários, e revisão de suas próprias ações, o governo elaborou sua própria política, numa direção que não tem como eixo as demandas, as reivindicações ou as propostas do movimento mais os ditames de uma economia de mercado. Isso explica, em parte, a reformulação governamental em andamento,⁶ descentralizando a Reforma Agrária, mudando a forma dos financiamentos e propondo programas de formação intensiva (ainda que não tenha definido bem a origem dos recursos para essa formação). Com o novo programa o governo federal busca ocupar espaços organizativos similares aos criados pelo MST, pois estimula-se o fortalecimento e a formação de associações e cooperativas, com apoio de entidades governamentais como o SEBRAE, algumas ONGs, etc. A capacitação técnica vincula-se, no programa oficial, ao planejamento municipal ou seja, ao nível do poder local onde o jogo entre as forças sociais é sempre ambí-

⁶ A proposta do novo projeto governamental denominado “O Novo Mundo Rural” que promove grandes alterações na política de financiamento aos assentados, fundindo as duas principais linhas de crédito até então existentes, o Pronaf – citado acima, e o Procerca – Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária. O novo programa aumenta os juros dos empréstimos destinados aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária, reduz o valor do teto dos empréstimos, cobra os créditos de alimentação, moradia e produção concedidos para a instalação das famílias nos lotes, e elimina o desconto de 50% do capital emprestado, contido no Procerca. O MST fez severas críticas ao novo programa. O ministro atribuiu as reações do movimento ao debate ideológico que envolve a reforma agrária e ao assistencialismo e clientelismo proporcionados pelo Estatuto da Terra, concebido em 1964, e orientador da política até então vigente sobre a questão.

guo: tanto pode gerar um incremento da participação popular, como pode desenvolver um maior controle sobre os processos sociais em andamento. O tipo de controle não é dado *a priori*, se democrático ou autoritário, depende do nível de organização e da articulação dos grupos sociais envolvidos.

Alguns dados quantitativos são importantes para descrever a realidade dos sem-terra. Em abril de 1998, segundo o MST, havia 325 assentamentos e 109 ocupações,⁷ distribuídos em 24 estados brasileiros. Ainda segundo dados do MST, havia naquela época no Brasil quatro milhões e oitocentas mil famílias sem-terra no campo. Em relação à estrutura organizacional, o MST tem uma coordenação nacional composta por 93 pessoas sendo 21 membros da direção nacional. Realizam-se congressos e encontros, nacionais e estaduais, assim como há uma organização dos participantes denominada “coletivos”, organizada por setores de atuação, a saber: Produção, Educação, Organização (também denominado frente de massa), Comunicação, Jurídico (que trata sobretudo da questão dos Direitos Humanos), etc. No setor de Produção as cooperativas são o centro das atenções. Elas, junto com o setor da Educação, constituem as grandes prioridades do movimento. Uma estrutura organizativa ao nível nacional possibilita ao MST atuar conjuntamente, promovendo o fluxo rápido das informações de forma a organizar tanto grandes eventos de forma centralizada – como em abril de 1997, quando uma grande marcha rumou para um único local, a capital federal – Brasília, quanto atuar de forma descentralizada – como em abril de 1998, quando várias marchas confluíram para as capitais de seus estados, simultaneamente.

Todos os documentos do MST enfatizam que há respeito aos princípios de cidadania e à cultura dos assentados. Na prática observam-se muitos conflitos porque os processos pedagógicos e as orientações para os processos de formação e de capacitação não são muito diversificados e obedecem a uma única diretriz política. A forma de agir do MST esbarra em concepções já arraigadas entre uma grande maioria dos sem-terra que

⁷ Nas ocupações as pessoas vivem em acampamentos debaixo de barracos de lona plástica.

prefere ações mais de resistência pacífica, sem grandes embates e negociações nas instâncias institucionais. É importante observar que a cultura é um campo não homogêneo e envolve também o conflito e neste caso tratam-se de conflitos entre duas culturas, duas visões de mundo, a dos assentados e a do MST.⁸ O movimento busca construir uma identidade cultural nova aos sem-terra, baseada no modelo cooperativo/coletivo. Os sem-terra têm suas raízes e tradições que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos. Deve-se destacar, entretanto, que eles também buscam resignificar suas experiências anteriores e assimilar novas ações; eles almejam adquirir novas habilidades no mundo do trabalho porque as condições econômicas adversas que vivenciam os obrigam a se encaminhar nessa direção. Mas há limites, há fronteiras, certas tradições e crenças só se alteram ao longo do tempo. As diretrizes normativas únicas que não contemplam a diversidade cultural podem funcionar como freios e não alavancas às ações coletivas do dia-a-dia.

O MST atua em 24 estados brasileiros, com realidades socioeconômicas e valores culturais diversos. Em algumas áreas predomina um modelo mais tradicional com ênfase à propriedade individual, produção familiar, e pouco trabalho em cooperativas. As propostas de trabalho cooperado do MST muitas vezes não são bem compreendidas ou aceitas pelos sem-terra. Disto resulta um outro ponto complicado no dia-a-dia dos assentamentos que é a dificuldade para a continuidade da participação das pessoas após tornarem-se com-terra. A proposta do MST requer esta participação e muitos não gostam de participar da organização coletiva do trabalho e da própria rotina dos assentamentos, principalmente os jovens. Uma das grandes dificuldades do movimento é sensibilizar o jovem para continuar a luta de seus pais e permanecer nos assentamentos. Em assentamentos próximos de regiões urbanas, muitos jovens que estudam no município vizinho aspiram trabalhar em funções urbanas. Os

⁸ O conceito de cultura é aqui entendido no sentido de LARAIA (1997), como conjunto de códigos sociais e morais, conhecimento, valores e formas de apreensão e interpretação do mundo. Usando os termos de BENEDICT *cultura é a lente através da qual o homem vê o mundo* (apud LARAIA, 1997, p. 69). Ver também GOHN (1999). *Educação não-formal e cultura política*, São Paulo, Cortez.

valores e práticas culturais que assimilam e aspiram são os mesmos dos jovens das camadas populares urbanas: música (pagode, *axé music* ou alguma modalidade *rock* ou *pop*), festas de jovens, excursões à praia nos feriados, o uso da calça *jeans*, calçado/tênis de marca de grife, etc. Em geral, participar de reuniões à noite ou nos finais de semana, é uma tarefa vista para seus pais, não deles. O próprio João Stédile declarou certa vez em palestra na Unicamp: *a juventude não se contenta com a tradição cultural do bairro e com o futebol. O assentamento não consegue dar algo mais e os jovens não se contentam.*

Na questão geracional e identitária destaca-se outro problema: o MST não tem uma proposta abrangente para a questão de gênero, em especial para as mulheres. Embora elas tenham um papel ativo na fase da luta para a conquista da terra, formando muitas vezes a linha de frente nos confrontos, quando eles são cercados e/ou atacados por forças policiais, usualmente, após a conquista da terra, elas se recolhem aos papéis tradicionais de mãe e donas de casa, e auxiliares na lavoura.⁹ Há muitas mulheres proprietárias dos lotes e chefes de família, mas elas não tem tido destaque junto aos cargos de direção do MST.¹⁰ Em 1996 foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Sem-terra. Na ocasião, Diolinda Alves, liderança conhecida na região do Pontal do Paranapanema/SP, encabeçou a nova frente afirmando: *Queremos caracterizar a mulher como o símbolo do desenvolvimento rural. Para isso, vamos nos envolver em outros movimentos femininos* (Folha de São Paulo, Caderno Especial Sem-terra, 30-6-96, p. 7). Observa-se nessa afirmação que a questão da mulher era vista como estando fora do MST, tratada por outros fóruns específicos, e sua valorização e projeção deveria acontecer nos espaços específicos de luta das mulheres, os “movimentos femininos”.

⁹ Pesquisas realizadas pela UFPB em 1997 junto a grupos de sem-terra também detectaram este mesmo problema.

¹⁰ As duas únicas mulheres do MST que ficaram famosas na mídia, não o foram enquanto lideranças de trabalhadoras rurais mas enquanto: papel tradicional – ser esposa (Diolinda de Oliveira); ou um papel estereotipado – símbolo sexual (Débora Rodrigues, ao posar nua para a Revista Playboy, abandonando o movimento e se tornando modelo e apresentadora de programa popular/vulgar na TV) .

Em 1998 ocorrem algumas mudanças. Assume-se que as relações de gênero são importantes. O Coletivo Nacional de Mulheres do MST elabora uma cartilha intitulada **Compreender e construir novas relações de gênero**¹¹ com o apoio do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do governo federal. Observa-se nos textos da cartilha a preocupação com a participação da mulher nas estruturas de poder do movimento. Destaca-se que as “Normas Básicas do MST”¹² já colocava que *deve (se) estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação nas instâncias de poder e representatividade* (Capítulo VII sobre “Da Articulação das Mulheres, itens 51-54). Entretanto o conteúdo dos textos da Cartilha de 1998 é prisioneiro do antigo debate classe/gênero. Reivindica-se que a mulher deve ser preparada *desde o recrutamento das famílias, desde a implementação, dos planos de organização do acampamento, na comissão de negociação [...] Ou seja, em todo momento da luta a mulher deve estar, na capacitação, no recrutamento, conjuntamente com toda uma educação ideológica sobre gênero [...] para acumular forças, acumular quadros, para serem futuras líderes* (Cartilha, 1998, p. 15-16). Nota-se que a mulher é vista apenas em seu lado político-militante, com o direito de, também, ser liderança. E para tal elas precisam ser preparadas pois

Os homens dizem que a mulher não está preparada e, em geral, têm razão pois elas chegam à instância de poder mais tarde. Mulheres capacitadas tem que vir preparadas desde o começo, desde a ocupação de terra. Assim, quando chegam à instância de direção têm prática de liderança porque praticaram nos níveis anteriores. Ser líder, só por ser mulher também não é correto. Deve ser líder porque tem prática de liderança no acampamento, na ocupação, na negociação. Em todas as instâncias há necessidade de se ter mulheres na coordenação e em instâncias superiores [...] pois além de fomentar o crescimento da mulher, educa os homens a se acostumar com a presença nas instâncias de decisão (Cartilha, 1998, p. 16).

Os problemas específicos da mulher, como os relativos a sua saúde, sexualidade, ou controle de natalidade, relações familiares, divisão do trabalho doméstico, etc. não são objetos de reflexão na Cartilha.

¹¹ Colaboram com artigos na cartilha: Lígia Mendonça, James Petras, Rede Mulher, Isabel Greem, Miriam da Silva Pacheco Nobre, Nalu Faria Silva e o Coletivo Nacional de Mulheres do MST.

¹² Documento de caráter nacional do MST elaborado em 1991.

Embora se reconheça que a participação das mulheres não se dará por normas mas que deve ser um processo educativo, na metodologia do trabalho com as mulheres atribui-se às direções estaduais o papel de *Projetar quadros e ir criando condições para que a mulher possa ir se liberando de sua condição de submissão, e na integração nas diversas atividades* (Cartilha, p. 51). Essa diretriz apenas reafirma o que já estava presente nas **Normas Gerais**, apenas transferindo a tarefa para os níveis estaduais. O texto de 1991 diz: *Será de responsabilidade da Equipe Nacional a elaboração de materiais, publicações e assessorias, para subsidiar e orientar o trabalho específico com as mulheres do movimento* (**Normas Gerais**, Cap. VIII, item 55.c).

A discriminação social resultante de valores culturais que colocam a mulher em situação de inferioridade no mundo do trabalho e da vida, em especial face ao homem, não é destacada reduzindo-se a questão da dominação a uma espécie de “cultura de submissão” cuja solução reside na integração da mulher nas instâncias de exercício do poder no movimento. O direito à diferença de ser mulher, em sua plenitude, é também escamoteado, pois o objetivo parece ser atingir a condição e o patamar até agora tido como privilégio do homem: as posições de mando. Vale lembrar as lições de Boaventura S. Santos quando diz:

deve-se buscar uma nova articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade.[...] temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.[...] A política de identidade assenta-se em três processos básicos: diferenciação, auto-referência e reconhecimento.[...] Ao contrário do que se passa com o sistema de exclusão, na identidade o eu necessita, para se constituir plenamente, do reconhecimento do outro”. (SANTOS, 1995, p. 41-43).

Em suma, a utilização dos princípios da análise culturalista na análise das ações coletivas do MST, a exemplo das propostas de TOURAINE (1998) e sua ênfase nas ações culturais, defronta-se com duas dificuldades básicas: uma relativa a conflitos entre culturas societárias – baseadas nas vivências e experiências anteriores; e outra relativa aos conflitos nas relações de gênero, de ordem cultural – identitário, onde se observam divergências e até oposições entre o discurso igualitário do movimento –

enquanto ideal maior, e a vivência e o desempenho de papéis na vida pública (do acampamento/assentamento) e vida privada (no barraco ou casa de moradia).

Não obstante os problemas e as dificuldades internas do MST, deve-se destacar os elementos que o diferenciam no cenário nacional de outros movimentos e ações coletivas. Analistas e políticos têm se surpreendido com o MST a partir de três pontos: abrangência no território nacional, capacidade organizativa, e a criatividade em suas manifestações públicas. O MST é um ator político porque atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso à terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão. Ele se formou ao redor de uma identidade – ser sem-terra – e luta para alterar a natureza desta identidade passando a ser com-terra, proprietário de terra. Mas ao buscar esta reversão atinge eixos centrais nas relações capitalistas que é a propriedade porque ele quer ser um com-terra, um “igual”, sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso à terra pela posse com direitos iguais aos que detêm a sua propriedade e com isto ele perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto ele tem uma face inovadora e perturbadora à ordem dominante (OLIVEIRA, 1997; GARRETÓN, 1998).

Existe, entretanto, um outro ponto fundamental no MST que poucos analistas têm atentado. Trata-se do fato dele ter mudado a pauta de reivindicações dos trabalhadores brasileiros, criando algo mais adequado ao mundo globalizado que vivemos. As reivindicações clássicas dos trabalhadores desde o século XIX diziam respeito a salários e jornada de trabalho. O MST introduziu à pauta já tradicional dos trabalhadores rurais (acesso à terra para nela morar e produzir), três novas reivindicações: acesso ao crédito – numa política de democratização da propriedade; apoio técnico aos assentamentos; e organização do trabalho em cooperativas de produção. As reivindicações por crédito, suporte tecnológico e trabalho cooperado são modernas, buscam saídas para o emprego no meio rural via a produção de gêneros de primeira necessidade, podem minorar o problema da fome no País com baixo custo econômico, e

criam uma perspectiva de melhoria na produtividade a médio e longo prazo. A reivindicação por crédito antecipa uma das prováveis grandes frentes de demandas, reivindicações e lutas sociais do século que se aproxima, que é a pressão/reivindicação sobre o sistema de financiamento, recaindo sobre o setor financeiro.¹³

O trabalho cooperativo tem sido apontado como uma das saídas para a crise do emprego na economia formal, no mundo contemporâneo. O setor informal se expande criando uma nova economia, a economia social, articulada sob novas regras de contrato social, baseada em redes de solidariedades, onde o fator de risco impera, não há seguridade social – estatal para os trabalhadores porque todos eles passam a ser coproprietários dos empreendimentos, co-responsáveis pelos empréstimos/financiamentos, sucessos e fracassos do negócio.¹⁴ No meio rural, onde sempre predominou formas precárias de contrato de trabalho, a tecnologia moderna da economia global está avançando nas áreas de grande produção a passos avassaladores, gerando o desemprego em massa. A cooperativa significa uma possibilidade de trabalho e também a construção de um espaço de autonomia ao trabalhador do campo (ao decidirem o quê produzir, como, quanto etc), funções que os trabalhadores haviam perdido com o sistema de assalariamento nas empresas.

Segundo STÉDILE,¹⁵ a proposta de Reforma Agrária do MST assenta-se em quatro pilares: a democratização do acesso à terra, combatendo-

¹³ A hipótese básica que alicerça essa afirmação é: no século XIX a reivindicação básica da sociedade foi a dos trabalhadores contra os patrões nas fábricas pela melhoria das condições de trabalho e salários. No século XX a reivindicação deslocou-se para o Estado e suas políticas públicas: demandava-se condições básicas de acesso em setores sociais básicos para a existência/sobrevivência da maioria da população como saúde, habitação, transporte, educação, etc. O setor financeiro sempre ficou à margem dessas reivindicações e foi o que mais lucrou em todo o período. Por isso considera-se que, na economia globalizada e dirigida segundo os interesses do capital especulativo, no século que se aproxima, os novos conflitos sociais irão se deslocar para o sistema financeiro.

¹⁴ Sem dúvida que esta modalidade de trabalho pode ser desvirtuada, principalmente em regiões onde há muita mão-de-obra disponível e pouca organização dos trabalhadores, como no nordeste brasileiro. Empresas já tradicionais no sul do País, do ramo de calçados e fábri, têm se instalado lá em parceria com cooperativas, tendo acesso a programas de financiamentos especiais e sem custos social-trabalhistas.

¹⁵ João Pedro Stédile, palestra proferida na Universidade Estadual de Campinas em 17-10-97.

se a elevada concentração existente (segundo dados do MST, 1% da população é dona de 46% das terras brasileiras e apenas 60 milhões de hectares se destinam a lavoura, dos 360 milhões aptos para a agricultura no País); o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local, que não precisa ser uma grande fábrica, pode ser um conjunto de pequenas comunidades de produtores; a educação, em todos os níveis e não só a alfabetização (principalmente o conhecimento tecnológico local, a formação dos jovens como técnicos, etc.); e a mudança do modelo tecnológico agrícola existente no Brasil, baseado em oligopólios e nas multinacionais, para um modelo que considere além do problema social da fome e do desemprego, as especificidades da natureza, um modelo não predatório e que tenha compromisso com as gerações futuras.

Do ponto de vista político-ideológico encontra-se um dos principais desafios a ser enfrentado pelo MST. Sabemos que o movimento surgiu da articulação de idéias da esquerda marxista com pressupostos cristãos da Teologia da Libertação. Nos anos 90 o MST fez uma revisão em seus fundamentos ideológicos ocasionando uma reorientação nos cursos, cartilhas e material de formação de suas lideranças. A linha adotada passou a ter um discurso menos radical e o socialismo passou a ser redefinido em termos de justiça social. Reivindica-se não um novo modo de produção mas um modo de produção capitalista diferenciado, onde a propriedade privada, o mercado, as relações de trabalho, etc. não são abolidos mas revistos, segundo os princípios de uma democracia tida como radical. Se buscarmos compreender o quadro teórico que sustenta as novas orientações político-ideológicas do movimento veremos que ele é bastante confuso. Há ainda a predominância das categorias macro-estruturais, com a preocupação de entendimento do cenário econômico; a ênfase na formação da consciência nas lideranças, principalmente entre os jovens selecionados para participarem de seus cursos e seminários; e a preocupação com a organização dos sem-terra nos acampamentos e nos assentamentos. Mas os dirigentes do MST parecem estar conscientes de que a formação baseada nos três pontos assinalados – análise da conjuntura, consciência e organização – é insuficiente para resolver vários pro-

blemas, do tipo: sensibilizar os mais jovens para continuarem na luta, contar com os jovens que passaram pelos cursos de formação para atuarem como militantes, em qualquer acampamento ou região, nos moldes da militância dos anos 70-80, etc. Trabalhar fatores da subjetividade das pessoas parece estar se tornando uma necessidade e o movimento sinaliza essa necessidade ao abrir novos pontos em sua agenda de debates, como a cartilha sobre as mulheres. Mas, conforme citado anteriormente, os avanços têm sido tímidos.

Cada vez mais as análises exclusivamente econômicas e deterministas de clássicos da ortodoxia marxista são deixadas de lado nos documentos do movimento, em busca de novos rumos como a análise da linguagem e as formas de expressão, a incorporação dos trabalhos de Bakhtin, Vygotsky, etc. Ou seja, o descompasso existente entre a enorme criatividade que o movimento sempre teve e a normatização rígida de seus pressupostos político-ideológicos iniciais está exigindo que o movimento encontre e/ou construa novos formatos e orientações teóricas no campo da cultura, em especial na área das comunicações. Trata-se de desenvolver uma cultura política que ultrapasse os princípios de uma cultura meramente organizacional-ideológica, para uma cultura que gere modos e formas de ser na ação coletiva, que considere os indivíduos-participantes não meramente como sujeitos históricos pré-determinados para alguma missão, mas que os considere, também, como sujeitos/atores de trajetórias de histórias individuais, com desejos, sonhos e fantasias, inclusive no mundo do consumo, da moda, da música, etc.

Acreditamos que serão estes os desafios que os novos modelos de utopias terão de desenhar. Forçosamente haverá o cruzamento com outras orientações teóricas, talvez com as de origem libertárias pois são estas que mais têm contribuído para o mundo da cultura. E, além da criatividade nas formas de ação coletiva, na luta cotidiana no campo, o movimento vem abrindo caminho às novas formas de cultura, na área das comunicações, nos embates com a mídia e na mídia.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

O delineamento do novo cenário da participação popular no Brasil nos anos 90, a caracterização do MST possibilita que se façam algumas observações de ordem geral, que podem ser caracterizadas como conclusões preliminares, a saber: o MST é um movimento social que atua sobre um problema milenar na sociedade brasileira, advindo de necessidades e direitos sociais básicos, elementares, que são o direito à comida, ao abrigo e ao trabalho. Ele atua enquanto um ator político e sua demanda básica – terra – além de incidir diretamente sobre um direito social básico, ela diz respeito a um dos pilares da sociedade capitalista que é a questão da propriedade. O MST questiona a apropriação e distribuição desta propriedade ao propor novas formas de acesso à terra. Propõe ser um “igual” numa sociedade marcada por clivagens da desigualdade socioeconômica e política-cultural. Ele tem propostas modernas para as questões econômicas (como as cooperativas) mas ainda tem dificuldades em algumas questões-chaves da era da modernidade como a dos direitos na problemática de gênero (em especial, sobre as mulheres); idade (questão dos jovens e adolescentes); e questões culturais sobre raças e etnias (especialmente sobre a população negra pobre ou a população indígena).¹⁶

Como nos relembra CANCLINI, *a adoção da modernidade não substitui necessariamente as tradições* (1997b, p. 227). A dificuldade reside em inserir-se nos novos códigos culturais da modernidade, em particular nos que dizem respeito à temática da identidade, reformulando a cultura política anterior nos hábitos e costumes do cotidiano, em especial no âmbito da vida privada. O MST tem promovido várias transformações na cultura política dominante no país em relação a representações que a sociedade tinha a respeito da reforma agrária e "obrigado" os governantes a colocarem em pauta a questão rural, mas ele tem tido dificuldade para tratar

¹⁶ Sobre as populações indígenas – que também lutam pela terra ao reivindicarem seus territórios, o silêncio do MST talvez explique porque ele expandiu-se pouco na região norte do País, especialmente na Amazônia. Certamente que há diferenças profundas entre a luta do MST – que demanda o acesso à terra e a produção numa economia capitalista e os indígenas que demandam a terra para viverem em harmonia com ela, segundo suas tradições culturais, fora de uma economia de mercado. Mas como há conflitos entre posseiros e ocupantes de terras, de uma forma geral com tribos de índios, o problema está colocado também para o MST.

com a própria mudança cultural interna dos assentados. As tradições não têm sido utilizadas como força de coesão para a construção da identidade coletiva do movimento, a exemplo do que ocorria com as comunidades eclesiais de base da igreja, nos anos 70 – quando as tradições populares eram mobilizadas e reformuladas nos movimentos a partir de músicas, expressões artísticas, etc. As modinhas e ditos populares eram reaproveitadas nos moldes do que EYERMAN e JAMISON (1998) denominam de construção de um aprendizado coletivo a partir de uma *práxis* cognitiva que cria e desenvolve uma memória coletiva, memória duradoura, que permanece no imaginário social, mesmo que o movimento desapareça. Embora o MST também produza músicas (vide MST/S.E.I. CAMPOS (1996), **Sem-terra – as músicas do MST** e R. Caldart (1994) **Sem-terra com-poesia: a arte de recriar a história**), elas se referem à dura realidade vivida pelo homem do campo e seus versos são simples, mas bastante políticos e intelectualizados; eles soam como gritos, racionais, de protestos políticos contra os capitalistas, contra as políticas do governo, a resistência índia-negra-popular, o desejo de uma América livre, etc. Em a “Nova forma de aprendizado”¹⁷ temos em versos certas linhas mestras do pensamento de Paulo Freire. Sabemos que uma das origens do MST está nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica), mas nos anos 80 e 90 ele se distanciou bastante daquele modelo, configurando-se de forma mais próxima ao modelo dos partidos da esquerda, sendo a identidade coletiva um processo pensado estrategicamente pelas lideranças e assessorias em cima de um denominador comum: ser sem-terra.

O MST possui grande capacidade de mobilização e de organização, tem um projeto político mas que não está ainda bem definido. De um lado encontramos elementos ideológicos de uma proposta socialista e de outro uma proposta capitalista de inserção numa economia de mercado de forma diferenciada. Seus principais líderes apresentam, muitas vezes, uma retórica onde misturam marxismo, teologia da libertação e defesa de argumentos de uma economia de mercado.

¹⁷ Música composta por Zé Pinto que diz: Ninguém educa ninguém/Ninguém se educa sozinho/as pessoas se educam entre si/ descobrindo este novo caminho/.....

O MST não tem o radicalismo de esquerda presente em outros grupos latino-americanos, como os do Peru (Sendero Luminoso ou Tupac-Amaru), e nem a identidade dada pelos vínculos étnico-culturais dos zapatistas de Chiapas, no México. Ele se define e criou sua identidade por uma ausência: ser sem-terra. Criou também ícones emblemáticos para esta identidade, que se materializam nos bonés e nas bandeiras vermelhas. Ele têm um modelo de reforma agrária moderno, que inova a pauta de reivindicações dos trabalhadores ao introduzirem na agenda questões relativas ao acesso e democratização do crédito, contribuindo também para a publicização dos recursos públicos. Mas seu modelo tem encontrado muitas dificuldades e barreiras para aceitação na atual conjuntura das políticas neoliberais, de desregulamentação do papel do estado na economia e império das leis do mercado. O modelo de reforma agrária do MST depende de fundos públicos para desapropriar áreas, auxílio à implantação dos assentamentos, etc. E sabemos que políticas públicas governamentais têm optado pelo modelo preconizado pelo Banco Mundial, de venda subsidiada da terra e concessão de créditos subsidiados, mas a serem pagos.

Outro desafio a ser enfrentado pelo MST: ele tem pouca articulação com outras categorias rurais igualmente expropriadas pelo grande capital, como os pequenos proprietários rurais. Resulta que um contingente enorme de pessoas vivendo em situação precária no campo tem se tornado não um aliado da luta do MST mas seus opositores porque consideram que o governo estabelece duas regras: uma para eles e outra, especial, para o MST. O conjunto destes fatores enfraquece as propostas do MST no campo de disputa pela orientação a ser dada à lenta Reforma Agrária que se opera no País.¹⁸

Nossas pesquisas sobre a relação do MST com a mídia tem demonstrado que se trata de um campo de disputa e luta de poder. Os es-

¹⁸ Este fato dá margem a situações de conflitos e ressentimentos entre os pequenos produtores, que reclamam por ter de pagar a juros de mercado, o que é fornecido muitas vezes de graça aos sem-terra, como salitre para adubar a terra. Resulta que os pequenos produtores passam a engrossar entidades e associações que combatem os sem-terra.

paços comunicacionais são estratégicos tanto ao movimento – para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra-hegemônico como para seus opositores, que buscam desqualificá-los e isolá-los da opinião pública ao retratá-los como fonte e origem da violência. Por isto concordamos com EGBON (1982 apud SANTAELLA, 1996) ao afirmar: *A TV pode contribuir para modificar em muitos aspectos os pensamentos e atitudes das pessoas em termos de suas experiências cognitivas, suas crenças e opiniões, assim como seus comportamentos.* A “videopolítica” da espetacularização do cotidiano, nos termos de DEBORD (1997) transformou o MST em um dos componentes da pauta dos noticiários diários da mídia, principalmente quando não ocorre nada interessante que possa dar origem a uma manchete espetacular (do tipo um míssil disparado por alguma potência do primeiro mundo, uma grande quebra nas bolsas, revelações sobre a vida privada de um presidente, a morte ou acidente de uma celebridade; ou ainda as segunda-feira ou um dia pós-feriado). Entretanto, creio que tem ocorrido uma superestimação dos meios de comunicação por parte do movimento. PROSS (1992) faz uma advertência importante a este respeito. Diz ele:

É certo que as estruturas de comunicação determinam os alcances e os tempos da transmissão. Elas são a vida, que produz o colorido brilho refletido; mas esse brilho refletido não é propriamente "a vida". É importante distinguir entre imagem e objeto; é importante não confundir o que representamos mentalmente com o que percebemos; e é importante separarmos com a maior nitidez possível os desejos dos que protestam. (PROSS, 1997, p. 15).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail
1997 **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec.
- CANCLINI, Nestor G.
1997a **Cultura y comunicación:** entre lo local y lo global. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación.
- CANCLINI, Nestor G.
1997b **Consumidores e cidadãos.** 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CALDART, Roseli
1994 **Sem-terra com-poesia:** a arte de recriar a história. Petrópolis: Vozes.

- CALDART, Roseli
1997 **Educação em movimento**. Petrópolis: Vozes.
- CASTEL, Robert
1998 **As metamorfoses do trabalho assalariado**. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel
1996/98 **The information age: economy, society and culture**. Oxford: Blackell Publ. 3 v.
- DEBORD, GUY
1997 **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- EYERMAN, Ron, JAMISON, Andrew
1998 **Music and social movements**. Cambridge: Cambridge Un.Press.
- GARRETÓN, M. A. (org.)
1998 Movimientos sociales, política y nuevas formas de acción colectiva en América Latina. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE ISA. Montreal.
- GIDDENS, Anthony
1991 **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age**. Stanford, (California), Stanford Un.
- GOHN, Maria da Glória
1997 **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola.
- GOHN, Maria da Glória
1997 **Sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez.
- GOHN, Maria da Glória
1998 **Terceiro setor e educação não-formal**. Campinas: UNICAMP.
- HABERMAS, Jürgen
1985 **Teoria de la acción comunicativa**. Madri: Taurus.
- HUMAN RIGHTS WATCH
1992 **The struggle for land in Brazil**. Washington: Americas Watch.
- JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B.
Social movements and culture. Mineapolis. USA: University of Minnesota p. 217-246.
- LAVILLE, Jean-Louis, DEFOURNY, Jacques, FAVREAU, Louis
1998 **Insertion et nouvelle economie sociale**. Paris: Desclée de Brouver.
- MAHEU, Louis
1994 Movimentos sociais e políticos: as questões chaves para uma articulação entre grandes problemáticas do político. **Caderno CRH**, Salvador, n.20.
- MELUCCI, Alberto
1996a **Challenging codes**. Cambridge: Cambridge Un.
- MST/CAMPOS, Ires S.E.
1996 **Sem-terra- as músicas do MST**. Porto Alegre: Unidade Editorial.
- MORRIS, MULLER
s.d **Frontiers in social movement theory**. N. Haven: Yale Un.

- NAVARRO, Zander
 1997 Uma análise do orçamento participativo: sua implantação e desenvolvimento. In: GENRO, Tarso(coord). **Porto da cidadania**. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- OLIVEIRA, Francisco
 1997 **Comunicação na mesa redonda**: democracia e hegemonia política. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS SOCIOLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 9, São Paulo.
- PONTE, V.M.D.
 1992 Contexto e mudança na cultura política mexicana. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26.
- PROSS, Harry
 1997 **A sociedade do protesto**. São Paulo: Annablume.
- ROSANVALLON, Pierre
 1995 **La nouvelle question sociale**. Paris: Seuil
- SANTAELLA, Lúcia.
 1996 **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento.
- SANTOS, Boaventura Souza
 1995 A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro. Mimeo.
- STÉDILE, J.P. (org)
 1997 **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes.
- UFPB/INCRA-PB/CPT/CEGOP/UNITRABALHO
 1997 **A vida na terra conquistada**. João Pessoa. Relatório Geral de Pesquisa.
- TARROW, S.
 1994 **Power in movement**. Cambridge, Un.
- TOURAINÉ, Alain
 1996 Collective action at the end of the global century. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE RC SOCIAL MOVEMENTS AND SOCIAL CLASSES. ISA. Santa Cruz. (California).
- TOURAINÉ, Alain
 1998 Do social movement exist? In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE ISA. Montreal.